

## Índices de desmatamento no Pará são diferentes em relatórios oficiais

O desmatamento no Pará é maior do que o governo federal, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimam. O engenheiro Pedro Mourão de Oliveira, do Centro de Sensoriamento Remoto da Sudam, anunciou ontem, no 2º Simpósio Sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente, no Rio, que 9,7% das florestas do Pará já foram devastadas. Os números fazem parte de um estudo realizado pela Sudam entre 86 e 88, cujos resultados foram censurados pelo ex-superintendente do órgão Henry Kayath, afastado do cargo no início deste ano.

O relatório apresentado por Pedro Mourão mostra que, ao contrário dos dados do IBGE, que calculou a cobertura vegetal do Pará em 1.248.242km<sup>2</sup>, o estado tem, na verdade, 1.178.981km<sup>2</sup>, divididos assim: 974.737 km<sup>2</sup> de florestas remanescentes (nativas e não alteradas), 113.866 km<sup>2</sup> de florestas alteradas e 190.278 km<sup>2</sup> que incluem cerrados, campos, mangues e igapós. O cálculo do IBGE diminuiu consideravelmente as proporções do desmatamento no Pará. Por causa dessa diferença, o relatório foi censurado pelo ex-superintendente da Sudam.

Segundo dados do Inpe, que constam do relatório da Sudam, em 1975 existiam 9.947 km<sup>2</sup> de florestas alteradas no estado. Em 78, já existiam 24.949 km<sup>2</sup> e em 86 os 113.866 km<sup>2</sup> registrados pela Sudam, que apontaram um aumento de 360% das florestas alteradas entre 78 e 86. O relatório inicial foi concluído no final de 87 e acusou o incentivo à agropecuária e à construção de hidrelétricas e pólos siderúrgicos — todos, projetos governamentais — como os principais causadores do desmatamento acelerado do Pará. As siderúrgicas, que utilizam carvão vegetal em seu funcionamento, consomem entre 2.000 e 4.000 km<sup>2</sup> de florestas anualmente. O ex-superintendente Henry Kayath pediu para a equipe modificar as conclusões do relatório, terminado, finalmente, em meados de 88.

**Sem licença** — No simpósio, a geógrafa Cleusa de Moraes Gomes, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), falou sobre o licenciamento de obras e os estudos de impacto ambiental. Segundo ela, só estão se submetendo a estes estudos os empresários que necessitam de financiamento para suas obras. O BNDES só dá o financiamento depois que o Ibama analisa os estudos de impacto ambiental e concede a licença prévia para a obra. Os empresários que autofinanciam seus projetos estão realizando obras sem apresentarem o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) e, conseqüentemente, sem o licenciamento do Ibama, que só pode embargar estes projetos a partir de denúncias.

“Os empresários precisam se conscientizar de que a lei deve ser cumprida. Eles podem ganhar com isso”, disse a geógrafa Cleusa de Moraes Gomes. Ela citou como exemplo o pólo cloroquímico de Alagoas, que foi construído sem um estudo de impacto ambiental e está pronto para ser inaugurado. O pólo é composto de oito indústrias, um cloroduto, uma tubovia para produtos químicos e um emissário para o descarte de resíduos químicos no mar. O Ibama embargou a licença de funcionamento do pólo, ao constatar que alguns desses resíduos eram muito nocivos ao meio ambiente. O estudo do impacto ambiental orientou a construção de outra indústria, dentro do pólo, que irá reutilizar esses agentes químicos de forma bastante lucrativa. “É melhor que o Ibama acompanhe as obras passo a passo. Dá mais trabalho receber o bolo pronto e ter que modificar a receita depois”.